

Zero Hora, 25 de fevereiro de 2016



O BRASILEIRO CORDIAL EM TEMPOS DE CRISE



PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

O debate sobre o “brasileiro cordial” de Sérgio Buarque retornou ao debate nas últimas semanas. Seria o brasileiro realmente mais motivado pelo coração do que pela razão, e avesso a regras universais e racionais? Mesmo não sendo fã de carteirinha do autor, devo concordar que as recentes medidas anunciadas pelo governo federal dão aval a ele.

Nos últimos anos, recorreu-se à política de subsídios e renúncia fiscal a setores específicos, cujo cálculo estima-se em R\$ 500 bilhões. Isso sem contar gastos “autônomos”, como da Copa e das Olimpíadas. Adicionados a déficits estruturais, como da previdência, o resultado foi trocar um superávit de 2,5% do PIB por déficit da mesma magnitude. A intenção pode até ser louvável, como alavancar a economia ou promover o país no Exterior. Mas os tais investimentos não ocorreram e o resultado é uma recessão inclusive maior do que a famosa da crise de 1929. As decisões de gastos prescindiram de qualquer projeto ou programação que lhes dessem racionalidade: nada de desenvolvimento ou planejamento “estatista”. Simplesmente aconteceram sem avaliar consequências, à la “cordialidade”.

As medidas recentemente anunciadas reforçam tal interpretação. Os cortes não se

referem aos apadrinhados pelos gastos mencionados, mas abarcam com virulência o setor público, como em saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança – os quais não participaram da festa, haja vista a degradação da qualidade e dos indicadores de avaliação nos últimos anos.

Adicionam-se à queda dos investimentos nessas áreas cortes de salários de civis e militares, sobre uma base já defasada, além da suspensão concursos e nomeações. São milhares de jovens desmotivados, em uma crise já marcada pelo desemprego. Cortes lineares são sempre irracionais administrativamente, além de injustos, por tratar igualmente desiguais. Ainda mais: ataca-se justamente o que de melhor trouxe a Constituição de 1988, o ingresso no serviço público mediante regra universal, assentada no mérito, e que, por apresentar grau de exigência crescente para aprovação, atrai quadros que gradualmente vêm qualificando tais setores – a melhor e mais eficaz forma de lhes assegurar qualidade no longo prazo. Se gastar exige escolha racional, mais ainda deve ser para decidir onde cortar gastos, cujas consequências podem ser irreversíveis. O complicado é que, tanto em uma como na outra, o “brasileiro cordial” reina sem qualquer freio.